

O MOMENTO

DIÁRIO DO POVO



**NOTA POLÍTICA DO PCB SOBRE OS
ATAQUES À SOFIA MANZANO**

PG.2

PG.4

SAÚDE E LUTA ANTIMANICOMIAL

**PASSADO REVOLUCIONÁRIO NO
OESTE BAIANO**

PG.6

PG.7

**NO PERU OS ASSASSINOS TAMBÉM
SÃO INTOCÁVEIS**

**AFINAL, QUEM PAGA O PREÇO? O FINANCIAMENTO
PÚBLICO ÀS EMPRESAS PRIVADAS E O SUCATEAMENTO
DO SISTEMA DE TRANSPORTE DE ILHÉUS**

PG.08

PG.10

**ENTREVISTA DO MOMENTO
MARLY VIANNA**

**OPERAÇÃO PERSEUS – POR QUE O ESTADO
AINDA INSISTE TANTO NA FRACASSADA
GUERRA CONTRA AS DROGAS?**

PG.15

PG.17

**MANICÔMIOS E CADEIAS: DIFERENTES AMBIENTES
CARCERÁRIOS PARA UM MESMO ALVO**

**MUITO ALÉM DAS ELEIÇÕES PARA O DCE DA UNEB: O
MOVIMENTO ESTUDANTIL E NOSSAS PRINCIPAIS TAREFAS**

PG.18

PG.20

**TRILHOS DE RESISTÊNCIA, A LUTA POR
TRANSPORTE NO SUBÚRBIO DE SALVADOR**

**ESPAÇO CULTURAL - COMPANHIA DA UFBA
MONTA O ESPETÁCULO A ARTE DA COMÉDIA**

PG.22

PG.23

**MEMÓRIA - ANGELINA GONÇALVES: UMA MEMÓRIA
ACESA NO CORAÇÃO DA JUVENTUDE TRABALHADORA**

NOTA POLÍTICA DO PCB SOBRE OS ATAQUES À SOFIA MANZANO



A camarada Sofia Manzano vem sendo alvo de ataques nas redes sociais.

Grupos de extrema direita e pessoas ligadas a Bolsonaro estão divulgando uma notícia falsa por meio da qual mentem duas vezes. A primeira afirma que Sofia Manzano é assessora do presidente Lula, a outra que ela agiu infiltrada nos acampamentos da extrema direita incentivando os atos do dia 8 de janeiro, com o objetivo de criminalizar os apoiadores de Bolsonaro.

1. A camarada Sofia não é assessora nem ocupa cargo algum no governo federal. O PCB possui total independência política frente ao governo federal e, embora tenha indicado voto e feito campanha no segundo turno pela vitória do presidente Lula, não participamos do governo, tampouco ocupamos ou solicitamos cargos.

2. Está circulando uma imagem falsa atribuída a Sofia Manzano como incentivadora dos atos de 8 de janeiro. É

muito evidente que a imagem não é de nossa camarada Sofia. Trata-se de mais uma tentativa grosseira de forçar uma suposta narrativa de infiltração dos militantes da esquerda como provocadores dos atos de 8 de janeiro.

Grupos extremistas que apoiam Bolsonaro não precisam de ajuda para se criminalizar, pois invariavelmente atuam promovendo agitações e movimentações golpistas e incentivam discursos de ódio e todo tipo de preconceito.

Mais uma vez ficam explícitos os usos do que se convencionou chamar de fake news pela extrema direita brasileira, como forma de distorcer a realidade para atender

seus objetivos políticos, método de atuação fascista por excelência.

O PCB vai buscar responsabilizar criminalmente os autores das falsas postagens e adotar as medidas políticas e legais cabíveis sobre o assunto.

Convocamos os militantes e as militantes do PCB, dos nossos coletivos, bem como nossos amigos e aliados, a prestar ativa solidariedade à camarada Sofia, protestando contra as postagens fascistas e reforçando nas redes e locais de atuação a informação de que se trata de mais uma ação criminosa da extrema direita.

Comissão Política Nacional do PCB



o m o m e n t o b a

EXPEDIENTE

Colaboradores desta edição

Comissão Política Nacional do PCB, Ellen Lis M. Melo, Guilherme Corona, Iury Bittencourt, Gabriela Pithon, Camila Fernandes de Oliveira Costa, Núcleo Maria Brandão dos Reis, Matheus Almeida e Gabriel Galego

Jornalista responsável

Milton Pinheiro MTB 72.595/SP

Revisor responsável

Rômulo Caires

Conselho de Redação

Camila Oliver, Milton Pinheiro, Rômulo Caires e João Abreu

Colaboradores de revisão

Matheus Almeida e Caíque Nascimento

Editora

Camila Oliver

Colaboradores de redes digitais

Matheus Moreira, Rafael Requião

Diagramação e Capa

João Abreu

contato@omomento.org | www.omomento.org

SAÚDE E LUTA ANTIMANICOMIAL

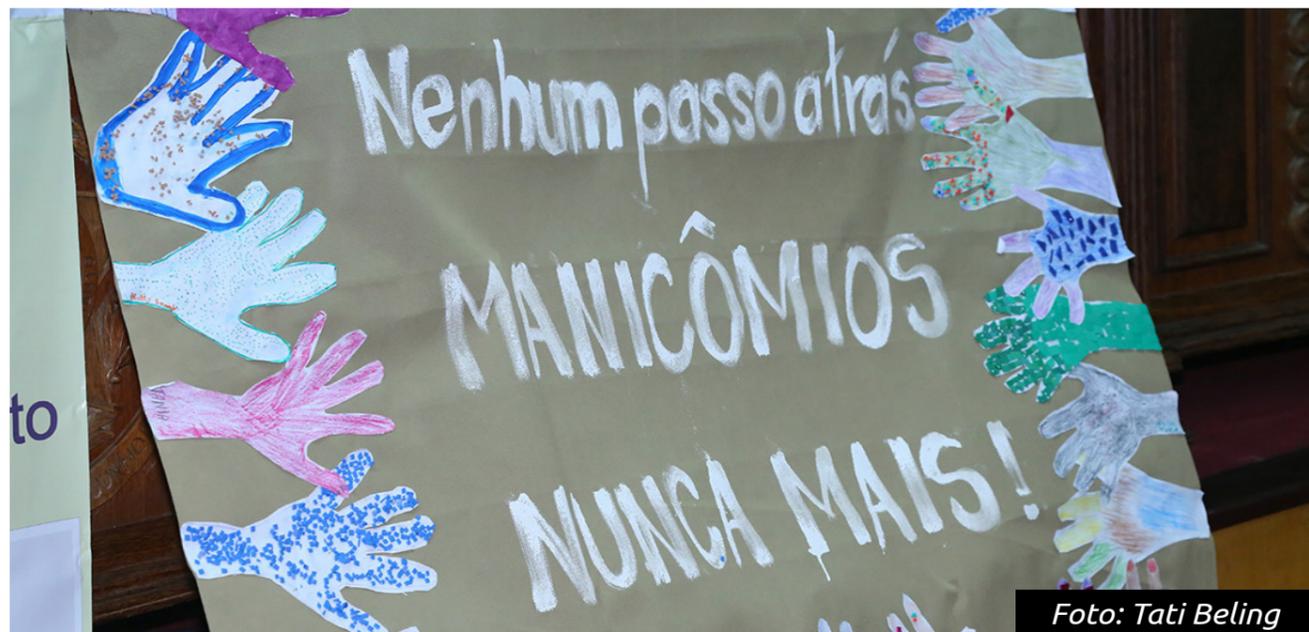


Foto: Tati Beling

Por Rômulo Caires

A partir de uma sequência iniciada com a apresentação dos principais desafios organizativos da classe trabalhadora na saúde, viemos elaborando críticas e apontamentos sobre o trabalho em saúde e a luta sindical, como também a relação entre saúde e luta comunitária. No texto de hoje daremos conclusão a essa série com o debate sobre a atualidade da luta antimanicomial.

Podemos delimitar o surgimento da assim chamada luta antimanicomial a partir dos processos políticos deflagrados após o fim da Segunda Guerra Mundial. Apesar de já existir momentos de consciência crítica em relação à realidade dos manicômios e críticas à instituição psiquiátrica antes da vitória contra o nazifascismo, é somente após esse período que observamos a consolidação de movimentos e sujeitos políticos que buscam se organizar e afirmar um programa de combate ao que o famoso psiquiatra italiano Franco Basaglia chamou de instituições da violência.

Uma série de denúncias sobre o caráter desumanizante dos espaços manicomial, especialmente agravado com os conflitos bélicos, tomam forma em um conjunto de países. O próprio saber psiquiátrico é confrontado em sua suposta neutralidade científica e são realizados questionamentos sobre a fundamentação teórica da psiquiatria. Há um avanço nítido na percepção de que a “doença mental” é determinada socialmente e que os diagnósticos psiquiátricos funcionavam como armas de intervenção política. A psiquiatria passa assim a ser compreendida como uma ciência ideológica, cuja função econô-

mico-social seria encobrir parte das contradições entre capital e trabalho.

O caso mais clássico de “Reforma Psiquiátrica” se deu justamente na Itália de Basaglia. Enquanto algumas experiências na França e nos EUA objetivavam “humanizar” o espaço manicomial e propor medidas menos violentas para o cuidado aos “doentes mentais”, os italianos se propunham a ir até a raiz da instituição manicomial. Não bastava postular o “bom manicômio”, mas era necessário destruir a instituição como um todo e propor novas formas de cuidado ao sofrimento psíquico. Basaglia, por exemplo, compreendia que o manicômio servia como um destino nefasto para frações da classe trabalhadora que compunham o vasto exército industrial de reserva. Ele identificava a violência do manicômio com a violência da própria sociedade capitalista.

Nessa via, tendo como porta-voz significativo a ação e organização do Partido Comunista Italiano, a crítica do manicômio se inseria nas propostas de superação da sociedade capitalista rumo ao socialismo. Não será objeto desse escrito uma análise aprofundada da experiência de reforma italiana. Para nosso objetivo basta indicar apenas a grande influência da proposta italiana de via democrática ao socialismo como uma estratégia que trazia consigo as demandas da luta antimanicomial. Em um processo paulatino de ocupação institucional e certas modificações estruturais, os italianos almejavam uma via pacífica ao socialismo em contraste com as chamadas experiências do socialismo real.

No Brasil havia algumas críticas importantes à instituição manicomial e psiquiátrica mesmo antes da chegada das ideias reformistas italianas. Experiências como a de Nise da Silveira e de Ulisses Pernambucano questionavam a violência dos hospitais psiquiátricos, elaborando medidas para reformar algumas unidades que trabalhavam. Porém o isolamento dessas figuras facilitaram a perseguição política de suas ações e ideias. É principalmente no escopo das lutas contra a ditadura burgo-militar brasileira (1964-1985) que tomará forma o ideário de Reforma Psiquiátrica brasileira, com grande influência das propostas italianas.

O processo se inicia com a mobilização de trabalhadores de saúde mental, cercados por péssimas condições de trabalho e revolta contra a gravidade da situação dos manicômios brasileiros. O conjunto de hospitais psiquiátricos no Brasil foi significativamente aumentado durante os anos de ditadura, com claro benefício do setor privado, que ficou conhecido como “indústria da loucura”. Influenciados pela via italiana, o Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental se consolidou no decorrer dos anos 1980 com um programa de amplas reformas ao cuidado em saúde mental. Foi elaborado um plano de substituição dos manicômios por medidas de cuidado em base territorial, além de aglutinar uma gama de trabalhadores e usuários de saúde, que a partir das bases lutariam pela democratização da sociedade brasileira.

O Manifesto de Bauru (1987) pode ser lido como a síntese programática desse movimento. A luta pelo fim dos manicômios andava junto com o questionamento das estruturas de poder no Brasil. A luta antimanicomial ganhava uma formulação “democrático-popular”, que trouxe como resultado modificações importantes na situação brasileira. Em algumas décadas houve diminuição acentuada dos leitos em hospitais psiquiátricos e abertura de serviços substitutivos como os diversos tipos de CAPS. Também houveram tentativas de aumentar a participação popular no controle sobre políticas públicas no sentido de incremento da cidadania. Nesse sentido, são inegáveis os avanços da Reforma Psiquiátrica brasileira em relação ao período anterior a sua vigência.

Apesar dos avanços, a luta antimanicomial no Brasil sofreu de impasses semelhantes aos vivenciados na sociedade italiana. A via democrática ao socialismo condicionou um conjunto tático-estratégico que privilegiava a ocupação institucional em relação ao fortalecimento da autonomia das organizações de base. Muitos militantes históricos da Reforma Psiquiátrica brasileira foram cooptados para os governos petistas, ocupando importantes pastas na gestão da

Rede de Atenção Psicossocial. Por outro lado, o próprio Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental foi cada vez mais perdendo a referência no socialismo, diminuiu significativamente sua capacidade de mobilização, chegando até mesmo a rachar e dar origem a outra organização da luta antimanicomial, enfraquecendo ainda mais o movimento.

A aposta na defesa da cidadania, sem questionar as raízes da estrutura de dominação na sociedade brasileira desarmou a luta de suas propostas mais contestatórias. Os próprios serviços substitutivos foram regredindo em direção a práticas inseridas na lógica manicomial. Tal lógica se espalhou intensamente no tecido social brasileiro, indo muito além dos manicômios propriamente ditos. Por exemplo, houve um aumento gigantesco na população carcerária durante os governos Lula e Dilma. Também houve aumento de propostas que individualizavam o sofrimento psíquico, perdendo de vista sua determinação social. Outro fato de enorme gravidade foi a aliança da esquerda no governo com setores religiosos neopentecostais, quebrando a política de redução de danos e implementando medidas de abstinência e controle social a partir das Comunidades Terapêuticas.

Nesse sentido, cabe um balanço rigoroso dos resultados da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Sem perder de vista seus avanços, faz-se necessário compreender os limites de uma proposta reformista que não aposte na autonomia da classe trabalhadora em relação ao Estado Burguês e que não confronte a estrutura de poder da sociedade capitalista. As origens da luta antimanicomial no Brasil apontavam para a necessidade de unificação dos trabalhadores em saúde mental com usuários dos serviços e com as lutas mais gerais da classe trabalhadora. Não basta promover lutas pela cidadania em abstrato, num país no qual a democracia é uma fachada para poucos e na qual a maioria da população sofre da brutal violência estatal e do descaso dos poderes públicos.

As lutas antimanicomiais devem, por isso, retomar suas propostas classistas e anticapitalistas. O manicômio e a lógica manicomial estão inseridos na totalidade da sociedade capitalista e devem por isso serem confrontados em sua raiz. A aposta apenas na ocupação institucional mostrou seus graves limites. Devemos inverter a prioridade em direção ao fortalecimento da autonomia dos movimentos de base e sua aglutinação com as lutas sindicais, lutas por moradia, lutas contra a fome, o desemprego etc. Uma sociedade sem manicômios só é possível onde o capital e a burguesia não tenham mais vez. A luta antimanicomial é antes de tudo uma luta pelo poder da classe trabalhadora.

PASSADO REVOLUCIONÁRIO NO OESTE BAIANO



Foto: Reprodução de Prefeitura Municipal de Santa Maria da Vitória

Por Ellen Lis M. Melo

Santa Maria da Vitória, uma cidade tão pequena e apática que a primeira vista você não consegue enxergar nada além das poucas luzes e do rio Corrente, mas por trás dessas características que tornam tão pequena essa cidade, existem nomes tão grandiosos dos quais não imaginamos e, atrás de sua história, existe um passado revolucionário.

A cidadezinha do interior do oeste baiano conta com o forte nome de Clodomir de Moraes, sociólogo, militante comunista, deputado estadual e uma das lideranças das Ligas Camponesas. Teve seus direitos políticos cassados durante a ditadura militar. Foi preso e até mesmo dividiu cela com Paulo Freire. Alguns anos após a ditadura militar, foi fundada nessa mesma cidade a primeira comissão do PCB em 1988, composta pelos fundadores: Angelica Rodrigues, Jurimar Silva, Luciene Dourado, Joana Mares e Joaquim Lisboa. Em uma conversa com Joaquim, popularmente conhecido como "kinkas", ele me faz o seguinte relato: "O que nos motivou a criar um diretório do Partidão foi antes de tudo um lance afetivo. Santa Maria é berço de dois militantes de peso do partido: Osório Alves de Castro, que inclusive ajudou a criar a agremiação, fundada em 1922 [ele foi pra lá em 23], em várias cidades

do interior de São Paulo. E Clodomir Santos de Moraes, um dos expoentes do PCB no Pernambuco tendo sido deputado estadual pelo PTB que abrigava os comunistas na época, 1954. Moraes foi expulso do PCB por ter optado pela luta armada nas Ligas Camponesas; os futuros guerrilheiros iam treinar em Cuba com pleno apoio de Fidel e Che." (...) "O PCB em Santa Maria teve grande influência na eleição pra presidente da República em 1989. No Polivalente, atual CETEP, a votação em Roberto Freire [há tempos um comunista arrependido, hoje no merecido ostracismo] foi a mais expressiva. Naquele ano eu exercia como diretor da escola estadual."

O enfraquecimento do marxismo no mundo inteiro e a falta de oportunidades dessa cidade levou a queda do PCB em Santa Maria da Vitória por muitos anos.

De acordo com Kinkas: "Com minha ida pra Brasília, a do outro companheiro pra São Paulo, Angélica ficou praticamente sozinha, sem condição de tocar adiante o projeto PCB."

Somente em 2023 que finalmente, Santa Maria da Vitória, recebe novas faces de jovens comunistas. Estampados pela UJC, essa pequena cidade recupera seu caráter radical.

NO PERU OS ASSASSINOS TAMBÉM SÃO INTOCÁVEIS



Foto: Angela Ponce/Reuters

Por Guilherme Corona

Desde o golpe da direita peruana que retirou Pedro Castillo do poder, as manifestações pela sua libertação e pela deposição de Dina Boluarte vem sendo duramente reprimidas.

No dia 7 de dezembro de 2022, foi executado um golpe institucional contra o presidente peruano Pedro Castillo, por parte do Congresso, em articulação com a oligarquia e o imperialismo, que não tendo legitimidade para dar um golpe militar, aproveitaram da manobra atrapalhada de Castillo para dissolver o Congresso e convocaram sua cassação e prisão preventiva, onde ainda se encontra.

Pedro Castillo venceu as eleições de 2022 com uma ampla plataforma, que, representando alguns dos anseios do povo trabalhador, em boa parte indígena, derrotou a extrema direita, representada na figura de Keiko Fujimori, filha do ex-ditador Alberto Fujimori, que governou entre os anos 1990 e 2000. Essa eleição, embora não significasse o fim do domínio burguês no país, incomodou a elite racista e oligárquica do Peru, que não aceitou o mínimo questionamento da ordem social estabelecida.

Após eleito, Castillo prosseguiu para uma aproximação constante da direita, desmobilizando o movimento popular que o levou a presidência e falhando em conciliar com a oligarquia local, falha evidenciada na sucessiva dissolução dos gabinetes montados por ele, que pendiam prosseguidamente para a direita, afastando o governo da sua única base real, as massas populares.

Depois de meses de desgaste, Castillo, em sessão do Congresso, tentou dissolver o mesmo para que conseguisse governar efetivamente, porém não obteve sucesso, e teve seu mandato cassado e foi preso preventivamente. Não tendo mais um amplo movimento popular para se amparar, não conseguiu impedir a tomada do poder pela direita, representada na sua suces-

sora constitucional, Nina Boluarte.

Então preso, destituído do poder, Castillo e seus simpatizantes vão mais uma vez vão tentar apostar na movimentação popular, convocando grandes manifestações de rua pela sua libertação e pela destituição de Boluarte, ambos os feitos ainda para conseguir, e têm encontrado ativa resistência das forças repressoras do governo, rendendo mais de 50 mortos entre dezembro e fevereiro.

Mesmo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), organismo da OEA, abriu uma investigação para apurar os massacres perpetrados pelo Estado peruano, chamados cinicamente de execuções extrajudiciais, para se evitar o termo mais apropriado, assassinato. Mesmo que condenada, Boluarte ainda poderá gozar de mais 3 anos de liberdade, uma vez que possui imunidade até 2026, e portanto tempo de sobra para prosseguir punindo e torturando o povo peruano na sua jornada pela liberdade.

Castillo nem representava uma ruptura radical com o capitalismo no Peru nem se prestou a um enfrentamento com o imperialismo, ocorrendo durante seu mandato inclusive o aumento das bases estadunidenses em território peruano, de 7 para 10. Ainda assim, qualquer política de inclusão social que contestasse a legitimidade da elite racista de Lima era demais para a burguesia peruana.

Essa experiência reafirma o caráter intrinsecamente reacionário das burguesias latino-americanas, que preferem viver de joelhos a ver seu povo de pé, e dá um contorno sombrio aos governos chileno e brasileiro, que apostando na mesma fórmula, a conciliação de classes, dão o anúncio do seu próprio fim. De Lima a Brasília assombrom as ameaças do Capital, e é assassinado o povo na mão do Estado.

AFINAL, QUEM PAGA O PREÇO? O FINANCIAMENTO PÚBLICO ÀS EMPRESAS PRIVADAS E O SUCATEAMENTO DO SISTEMA DE TRANSPORTE DE ILHÉUS



Foto: Clodoaldo Ribeiro - Prefeitura de Ilhéus

Por Iury Bittencourt

No dia 28 de abril de 2023, a Prefeitura Municipal de Ilhéus, após o parecer favorável emitido pelo Conselho Municipal de Trânsito e Transporte (COMUTRAN), aprovou o aumento da tarifa do serviço de transporte público de Ilhéus, saltando de 3,80 R\$ para 4,80 R\$. Esse aumento surge a partir de um requerimento das empresas Viometro e São Miguel, que sob a justificativa de prejuízos causados às empresas durante o período de pandemia,

construíram junto à prefeitura um acordo de ressarcimento a esses supostos danos. Nesse acordo, a Prefeitura Municipal de Ilhéus concedeu uma “ajuda” de 15 (quinze) milhões de reais para que as empresas concessionárias pudessem regularizar o funcionamento do sistema de transporte da cidade.

Para além dos 15 (quinze) milhões de reais, o acordo garantiu às empresas o au-

mento da tarifa, isenção de Imposto Sobre Serviços (ISS), não obrigatoriedade da circulação total da frota de ônibus e abstenção de processos administrativos, e medidas coercitivas que atuem em desfavor das empresas de ônibus.

Esse acordo escancarou o interesse do governo municipal em beneficiar as empresas responsáveis pelo transporte coletivo da cidade, não só por meio do financiamento público direto, mas também com a impunidade diante dos futuros casos de não cumprimento dos requisitos mínimos dos serviços.

Mesmo com o acordo milionário, as empresas Viometro e São Miguel têm sido responsáveis diretas pelo sucateamento do sistema de transporte de Ilhéus nos seus mais de 20 anos de serviço prestado no transporte coletivo da cidade.

Desde a reativação do COMUTRAN, os diversos setores da sociedade civil, mesmo sendo excluídos do debate público e das tomadas de decisão, têm se mobilizado e denunciado uma série de absurdos que vêm ocorrendo no setor de transporte de Ilhéus.

O sucateamento dos ônibus tem resultado em falha nos freios, falha nos motores, falha no dispositivo de sinalização de parada, assentos quebrados, mau funcionamento das portas, superlotação, ausência de climatização e despreendimento de peças nas rodovias durante os trajetos, o que coloca diretamente em risco a integridade física dos passageiros.

A redução de linhas feita durante a pandemia e que ainda não foram reestabelecidas, tem contribuído com o isolamento das comunidades periféricas e rurais, resultando num cerceamento da população ao fluxo de vida na cidade. A demissão em massa dos cobradores tem resultado na sobrecarga dos motoristas, que sem o auxílio para a cobrança de passagens e visualização do fluxo de saída dos passageiros, precisam agora direcionar sua atenção para o cumprimento de duas funções ao mesmo tempo, o que recentemente culminou no assassinato da servidora pública

Maria da Conceição.

Mesmo com as diversas denúncias, não só durante as reuniões da COMUTRAN, mas como também na Audiência Pública e nas ruas, a resposta da Prefeitura Municipal de Ilhéus foi o completo descaso e negligência quanto às necessidades de sua população. Em função das cobranças por melhorias, recebemos como devolutiva a venda do bem-estar da classe trabalhadora e estudantil em prol dos lucros das empresas privadas de transporte da cidade (Via Metro e São Miguel).

O aumento da tarifa em contraste ao sucateamento do sistema de transporte coletivo é o reflexo de um modelo de sociedade que serve aos interesses de seus senhores, enquanto condena o seu povo a ser o flagelo do seu próprio sofrimento. Portanto, a nossa presença nas ruas ao lado da classe trabalhadora e estudantil é fundamental para avançarmos contra o aumento abusivo da tarifa e as irregularidades cometidas pelas empresas privadas do sistema de transporte municipal de Ilhéus.

CONTRA O AUMENTO ABUSIVO DA TARIFA!

PELA AMPLIAÇÃO DA FROTA, HORÁRIOS E LINHAS!

PELA MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS VEÍCULOS!

ENTREVISTA DO MOMENTO MARLY VIANNA



Foto: Reprodução - Jornal Tornado

Por Milton Pinheiro

Marly de Almeida Gomes Vianna é docente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. É mestre em Ciência Graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestre em Economia Agrária pela Universidade Federal de Campina Grande (à época Campus II da UFPB); doutora em História Social pela USP. Professora de História na Universidade Federal de Campina Grande e na Universidade Federal de São Carlos, onde se aposentou. De 2005 a 2018, junto a mais nove professores, ajudou a criar o Mestrado e depois o Doutorado, na Universidade Salgado de Oliveira, onde lecionou durante esse período e da qual se desligou em março de 2019.

Autora de alguns livros e de vários capítulos de livros e artigos, dedica-se em especial ao estudo de movimentos sociais e partidos políticos em especial o Partido Comunista Brasileiro, no qual começou a militar em 1961, fazendo parte de sua direção de janeiro de 1976 a janeiro de 1979.

O MOMENTO - O Brasil está em uma quadra histórica profundamente complexa. Como você avalia a presença da extrema direita de várias matizes na cena política em curso?

Marly Vianna: A sociedade brasileira sempre foi violenta e excludente, os donos do poder sentindo-se “donos de gado e de gente”. Todos os conflitos e rebeliões passadas, desde sempre em nossa história, reprimiram brutalmente os subalternos

e anistiarão a maioria dos de cima, que quase sempre participavam das revoltas. Fomos o último país a acabar com a escravidão e assim mesmo quando o escravo já não tinha mais valor no mercado. Essa classe dominante não dá os anéis para não perder os dedos, não dá nenhum anel, porque está segura de seu poder. Este poder a faz dominar ideologicamente a sociedade, inculcando na população sua maneira de ver o mundo: pela educação, pelos meios de comunicação, pela religião. Nossa socie-

dade excludente não conseguiu criar ainda cidadãos. Os pobres, sem direito a quase nada, não se sentem no direito de exigir, mas estão sempre pedindo, ao governo ou a Deus. Tal sociedade, principalmente depois de 21 anos de ditadura e falta de democracia (que existiu em poucos momentos de nossa história) esgarçou-se, perdeu vínculos de solidariedade de classe, com o enaltecimento do individualismo. E como só vê nos de cima, nos três poderes, opressão – o que significa “política”, é presa fácil dos que demagogicamente colocam-se “contra a política”, candidatando-se a políticos para livrar-se dela... De certa forma assim foi com Jânio Quadros e abertamente com Color de Mello, o “caçador de marajás”, chegado ao paroxismo como o ex-presidente Bolsonaro, o anti-político que viveu quase 40 anos da política (foi eleito vereador pelo Rio em 1988), sem contar sua família.

Violência, excludência, discriminação, elitismo, racismo são atributos da extrema direita que, a meu ver, sempre existiu em nosso país. A classe operária, na Primeira República, sempre foi tratada com brutalidade. Recebendo várias – e importantes – benesses com a legislação trabalhista de Vargas e seu próprio reconhecimento como classe, a violência e a opressão tornaram-se mais sofisticadas, mas nunca deixaram de existir. E o fio condutor de toda repressão, violência e engano da população é o anticomunismo, que já existia antes de 1917, intensificou-se com a Revolução Soviética e chegou à histeria depois de novembro de 1935.

Por um lado, os subalternos, que muito lutaram e pouco conseguiram, são presas fáceis da demagogia anticomunista dos de cima, hoje mais do que nunca, em especial depois do desastre do fim da União Soviética, do desmanche de importantes partidos comunistas, como o italiano e com isso o crescimento da direita no mundo. Não raro vemos disputas, no campo internacional, não entre esquerda e direita, mas entre a direita e a extrema direita. Por outro lado, esta situação internacional, a abertura capenga e conciliatória, como de costume, depois de 21 anos de ditadura, a dificuldade e/ou o fracasso das políticas de esquerda, e a absoluta impunidade do último governo levaram a que a máscara hipócrita de liberalismo usada pela extrema direita caísse de vez. As notícias falsas são vinculadas com a maior descarração e consumidas avidamente por boa parte do povo – a campanha ignóbil contra Sofia Manzano é um exemplo disso.

O MOMENTO - Como pesquisadora, você estudou movimentos desenvolvidos por militares na história brasileira. O que teria de relevante para as transformações sociais essas lutas?

Marly Vianna: Os militares fazem parte da so-

riedade brasileira e eu aceito a classificação deles não como classe, mas como camadas médias urbanas que, por não terem uma ideologia própria, mudam de posição política com facilidade, muito influenciados pelo meio político do momento. Entre os militares os há de todos os matizes, sendo que a influência do anticomunismo, anticomunismo que lhes é inculcado em praticamente todos os níveis do ensino militar, é muito grande. E nosso desconhecimento da história é igualmente grande. Por terem se negado, no final da escravidão, a perseguir escravos fugidos, dizendo não serem capitães de mato, começaram a ser considerados democratas. Esquecemos a violenta repressão militar aos movimentos da regência, capitaneados pelo Duque de Caxias, esquecemos de Canudos, dizimado pelos militares, esquecemos da brutal repressão militar ao Contestado, a destruição da comunidade do Beato Lourenço, da repressão aos revoltosos da Marinha. Para não falar da “República do Galeão” de 1954 e do golpe de 1964.

Não vamos esquecer também os movimentos progressistas levados adiante pelos militares, como a “política das salvações”, do marechal Hermes da Fonseca, o movimento tenentista, a criação e grande atuação da Aliança Nacional Libertadora, em 1935, as lutas progressistas do Clube Militar dos anos 50, a campanha do Petróleo é Nosso ou a resistência ao pretense golpe contra João Goulart em 1961. Nem podemos esquecer o grande número de militares expulsos ou afastados das FFAA depois do golpe de 1964. Isso mostra que, mesmo levando-se em conta o alto grau de corporativismo, hierarquização e disciplina (essas duas últimas muito abaladas no último governo) da vida militar, o que lhes dá especificidade é terem o poder das armas. Política e ideologicamente estão inseridos na sociedade como qualquer um de nós. Para transformar sua mentalidade anticomunista será preciso transformar essa mistificação em toda a sociedade, o que permitirá modificar os currículos das escolas militares: basta que retirem deles as mentiras e os ensine a conferir a realidade.

Um “pequeno” exemplo. Dizem que no 27 de novembro de 1935 os comunistas mataram seus colegas que dormiam. Primeiro, no 3º RI só havia dois comunistas – Agildo Ribeiro e Leivas Otero; segundo, e fundamental, havia oficiais dormindo em noite de rigorosa prontidão? Sobre isso o senador Jarbas Passarinho foi ao Congresso, a pedido das famílias dos militares ditos mortos dormindo, para negar o fato e limpar-lhes a honra militar. Terceiro, só dois militares morreram no levante, os outros foram assassinados pelos bombardeios do governo ao quartel, em especial ao cassino dos oficiais,

onde estavam todos os que foram presos pelos revoltosos. Qualquer pessoa interessada no assunto tem acesso a tais dados, arquivados nos processos-crime do TSN. A questão é que é fácil, ou interessa acreditar em mentiras, do mesmo modo que muita gente temeu virar jacaré ou ter aids se tomasse a vacina contra a Covid 19. Interesse político ou ignorância, tais questões, dentro das FFAA, só serão resolvidas em conjunto com toda a sociedade.

O MOMENTO - Nos últimos anos os militares tiveram um papel ativo na política, inclusive com ameaças à democracia formal. Como examina esse processo de intervenção?

Marly Vianna: Como encaminhei acima, os militares, no Brasil, sempre tiveram ativo papel na política e as ameaças à democracia formal não foram esporádicas. Dois momentos marcantes de nossa história foram resultado de golpes militares: A República e a “Revolução” de 1930. Na Primeira República, até o final do governo Floriano, os militares tiveram protagonismo, que os jacobinos (florianistas) pretenderam manter por muito tempo. Os tenentes, de 1922 a 1935, tentaram, pela luta armada, afastar os civis da política, os chamados “camorras”, em especial os políticos paulistas. A partir da perda de hegemonia dos cafeicultores paulistas (os “políticos”), um grupo importante de militares tentou derrubar Getúlio Vargas, em especial contrários à legislação trabalhista. Houve a “Revolução de 1932”, tentativa de levante do 21 BC do Recife, cujos insurretos convidaram Prestes para assumir a direção dos levantes. Depois das rebeliões militares de 1935, o levante integralista de 1938 foi, a meu ver, essencialmente uma rebelião dirigida nas sombras por militares – cujos chefes nada tinham de integralistas. O Estado Novo ocorreu com imprescindível apoio de militares, assim como a deposição de Vargas em 1945. O governo do marechal Dutra nada teve de democrático, muito pelo contrário. Depois da eleição de Vargas em 1950, as tentativas de golpe, apoiadas por militares não cessaram: Jacareacanga, a tentativa de golpe tentando impedir a posse de Juscelino, impedida também por militares, com o contragolpe do marechal Lott, Aragarças, a já citada “República do Galeão”, a tentativa de impedir a posse de João Goulart em 1961 e finalmente o golpe de 1964. Os militares SEMPRE tiveram ativo papel na política nacional, quase sempre contrários à democracia formal.

As FFAA sempre consideraram ser os mais capazes, intelectual e moralmente, para dirigir o país. Para eles, sua obrigação para com a Constituição do país só é válida enquanto eles a considerarem correta. Três exemplos: Na rebelião paulista de

1924 os tenentes propunham um governo que seria composto por dois militares e um civil (o conselheiro Paulo Prado) até que toda a população do país fosse alfabetizada. O hino da Escola Militar tem a seguinte frase: “Somos a esperança de um Brasil inteligente, liderança de um continente”. E por último no tempo, mas absolutamente atualizada, é a fala do então presidente Floriano Peixoto, a propósito de problemas políticos de sua época: “Fato único que prova exuberantemente a podridão que vai por este pobre país e que muito necessita a ditadura militar para expurgá-la. Como liberal que sou, não posso querer para meu país o governo da espada; mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos, que é ele que sabe purificar o sangue do corpo civil que, como o nosso, está corrompido”. E assim pensam muitos, até hoje, quando puderam manifestar-se abertamente, dado ao clima golpista criado pelo governo passado.

O MOMENTO - A democracia formal do Estado de direito encontra-se ameaçada por setores reacionários das Forças Armadas?

Marly Vianna: Creio que numa sociedade como a nossa, já descrita acima, o Estado de Direito está sempre ameaçado, não só e nem principalmente por setores de extrema direita das FFAA, mas pelos verdadeiros donos do poder: de indústrias, de terras e dos meios de comunicação, mas, seguramente, com o imprescindível apoio dos setores reacionários das FFAA.

Falando apenas de militares, será preciso diferenciar não só Exército, Marinha e Aeronáutica como também as Polícias Militares, e não sou especialista no assunto. Pelo que se percebe, as polícias e os praças ficaram mais sujeitos às posições da extrema direita do governo passado. É muito difícil fazer previsões sem estar a par do que se passa na caserna, mas acho que podemos afirmar que as FFAA estão divididas tanto quanto o resto da sociedade. Se está evidente que generais, praças e policiais agiram no sentido de apoiar um golpe, como apoiaram os acampamentos em frente aos quartéis, a realidade é que golpe não houve, e a maioria das FFAA não se mobilizou para acabar com o Estado de Direito.

Um aspecto que ainda não consigo entender é o da posição de oficiais superiores, inclusive generais, curvando-se diante de um capitão subordinado. Filha de oficial do Exército, convivi muito no meio militar, de militares nacionalistas, legalistas e, em especial, com muito brio e dignidade. Quando preso, em 1961, por defender a legalidade da posse do vice-presidente João Goulart, depois da renúncia de Jânio Quadros, o marechal Lott recusou-se a ir fardado ao Ministério da Guerra,

dizendo que naquelas circunstâncias de violação da Constituição não macularia a farda do Exército. Difícil entender o “Um manda (o capitão) e outro (o general da Intendência) obedece” ou o comportamento de ordenança de quem deveria comportar-se como ajudante-de-ordens. É verdade que um pequeno grupo recebeu altíssimas remunerações e/ou acumulou funções remuneradas, mas foi um pequeno grupo. A campanha de ódio histórico ao PT pode explicar mais, a meu ver, o comportamento de parte das FFAA, mas assim mesmo não tenho uma explicação que considere satisfatória. A campanha de ódio histórico contra o PT não precisa ser explicada, basta lembrarmos das grotescas declarações na sessão do Congresso que cassou o mandato de Dilma Rousseff.

Não devemos esquecer que hoje a ameaça ao Estado de Direito não é gestada dentro das FFAA como um golpe militar. Ela vai sendo configurada na perda dos direitos trabalhistas, na precarização do trabalho, na quebra da solidariedade operária com a incriminação dos sindicatos e dos movimentos sociais, como o MST, na destruição da Educação, que fica, para grande parte da população, a cargo das redes sociais e de Igrejas que pouco ou nada tem a ver com o verdadeiro espírito do cristianismo.

Se outro golpe da extrema direita irá ou não ocorrer, depende da unidade democrática dos que a ele se opõem, frente bastante ampla, que hoje ainda abarca a maioria da nação.

O MOMENTO - O atual presidente foi eleito numa disputa duríssima contra o que tem de pior na política brasileira. Diante das alianças do governo petista e do arcabouço fiscal que está sendo discutido, corremos o risco do povo pobre descolar do apoio ao governo?

Marly Vianna: Sempre corremos tal risco. O atual governo encontrou-se com um país destrozado internamente e desmoralizado no exterior. Lula tem feito o possível para reverter a situação, difícil com o atual Congresso. A maioria é do chamado centrão, o velho “pântano”, termo cunhado pela Revolução Francesa (le marais). E não vamos esquecer que aquele pântano derrotou a revolução.

Lula está numa situação difícil e lembro-me daquela conhecida frase: “Se ficar o bicho come, se correr o bicho pega”. Mas, não devemos esquecer que na política, como na vida, aliás – há muitas situações inesperadas que podem mudar o cenário político de uma hora para outra, numa direção progressista. A política no Brasil de hoje é uma linha muito tênue por onde caminhar, sendo difícil não fazer concessões, mas evitando a todo custo que

elas sejam de princípio.

Foram feitas muitas promessas aos “de baixo”, algumas difíceis de cumprir, a começar pelo aumento de 18 reais no salário mínimo, que tenta ser compensado por bolsas família e outros suplementos salariais. Para evitar um retrocesso é preciso dar atenção às camadas mais pobres, mais abandonadas e mais fáceis de serem seduzidas por falácias, pelas falsas notícias e falsas promessas da extrema direita e dos falsos religiosos. Não vamos esquecer a pequena diferença de votos que levou Lula ao governo e nem as campanhas da extrema direita pelas chamadas mídias. Será – é – uma luta dura para conquistar a grande maioria da população para a democracia, mas é uma luta imprescindível e que estamos perdendo: como chegar a essas camadas enganadas? E para chegar a elas temos que entendê-las: seu mundo, seus anseios, seus preconceitos, o que as mobiliza para a luta.

O MOMENTO - Nesse mesmo sentido da avaliação do governo atual, a não revogação das contra-reformas (ensino médio, teto de gasto, trabalhista e previdenciária) seria um passo para o fracasso de Lula em segmentos populares?

Marly Vianna: Sobre o teto de gastos não estou apta a falar. Mas a não revogação da contra-reforma do ensino médio, da previdência e, em especial a trabalhista, será, a meu ver uma concessão de princípios, muito especialmente as da Educação e a Trabalhista. Temos que focar especialmente nessas duas contra-reformas, para impedir a da Educação e ver o que poder-se-á revogar na trabalhista.

Na Educação pretende-se minimizar ainda mais o ensino fundamental e médio, já extremamente precarizados. E é importante salientar que nada poderá ser feito sem investir na formação de professores e, fundamentalmente, em seus salários, para que possam dedicar-se a uma só escola e ter tempo para estudar. Na situação salarial de hoje isso é impossível. Não falo apenas da Educação formal, erradamente secundarizada. Ouvi muito professor “progressista” dizer que não se pode sobrecarregar a memória da pobre criança com as capitais dos estados brasileiros ou com os afluentes do Amazonas. Entretanto, meu neto de três anos sabia o nome de todos os poquemons e de suas transformações... Trata-se não de “criminalizar” a memorização (memorizar ajuda bastante o desenvolvimento intelectual), mas de fazer a criança e/ou o adolescente entender a importância do que estuda. Memorizar as capitais hereditárias (das quais a juventude de hoje nunca ouviu falar) era o terror de meu curso primário nos anos de 1940, mas porque não era ensinado que elas foram – são – a base da propriedade latifundiária da

terra, de seu poder e das questões relacionadas à reforma agrária que nos atormentam até hoje.

Outra questão para mim fundamental é o ensino da língua portuguesa. A língua é um dos importantes símbolos da nacionalidade, de nossa cultura, de nossas raízes, e cada vez mais é deixada de lado como coisa supérflua. A mim horroriza ouvir locutores da rádio e TV desrespeitando nossa língua: o subjuntivo desapareceu, os tempos compostos mais ainda. Um ex-ministro da Educação (se não me engano de Temer), desconheceu o emprego do verbo haver e, como muitos parlamentares e até membros do Judiciário, o empregam no plural quando tem o sentido se existir. Também não é raro ouvir uma locutora informar: “São uma hora”... Esquecendo, o que reprovava no meu curso primário, que uma é singular. A língua é um patrimônio nacional e a nossa é belíssima quando bem falada. Costumo colocar na parede de minha sala na universidade a bela estrofe de Manoel Bandeira, que inicia a Gramática da Língua Portuguesa do saudoso professor Rocha Lima: “Não morrerá sem poetas nem soldados, a língua em que cantaste rudemente, as armas e os barões assinalados”. Quantos jovens atualmente identificariam Camões nos últimos versos?

Tão grave quanto o abastardar da língua portuguesa é o querer acabar (ou dar-lhes um mínimo de horas) com o ensino de matérias e estudam o social, em primeiro lugar a História, mas também a Geografia, a Sociologia, a Filosofia, a Política, a Literatura. Para as classes dominantes as matérias que fazem pensar, que geram questionamentos, que ensinam a realidade de nosso povo são extremamente perigosas. Na época da ditadura um documento alertava: “Os cursos de História e de Ciências Sociais são o berço da subversão”. Este documento, que não tenho mais, foi reproduzido, depois de 1988, por um jornal alternativo do Rio Grande do Sul, se não estou enganada, Em Tempo. Lembro-me também da frase do grande Don Helder Câmara: “Quando dei comida aos pobres me chamaram de santo. Quando perguntei por que existe a pobreza chamaram-me de comunista”.

A questão principal é a da reforma trabalhista. Para a extrema direita – e também para a direita e muitos setores ditos liberais, a grande luta foi – e é – desde 1930, contra a legislação trabalhista. Todos os movimentos de direita tiveram como foco a luta contra os direitos da classe operária e o primeiro decreto do golpe de 1964 foi o “arrocho salarial” e a luta pelo desmantelamento dos sindicatos. Mas até para a ditadura foi difícil acabar com os direitos trabalhistas, a não ser indiretamente, reprimindo brutalmente as lutas operárias, penalizando os

líderes operários e criminalizando os sindicatos. Não lutar para revogar a contra-reforma trabalhista é entregar a classe operária totalmente à precarização. Este é o sonho da direita, que esfacela a unidade da classe, já bastante esgarçada com os violentos ataques aos sindicatos e a seus direitos trabalhistas.

O MOMENTO - Na sua compreensão, como historiadora e militante comunista, quais são os impasses que o Brasil passa nesse momento?

Marly Vianna: Como vencer a extrema miséria, uma desigualdade jamais vista, mães de todos os males. São elas que geram a violência, a falta de perspectiva que leva às drogas e ao banditismo, que consideram os pobres “coisas” que não merecem consideração, que não dispõem de um bom ensino primário, de saúde, de educação, de justiça.

É esta situação, que deixa os subalternos sem esperança, sem perspectiva, que os leva a acreditar em salvadores (messias, mitos) ou em entidades celestiais. Isso é recorrente em nossa história e, a meu ver, responde pelo misticismo, pelas crenças sebastianistas, pela crença em santos e monges que virão para salvar o povo. É muito fácil taxar o povo de ignorante, mas já fizemos um exercício de pensar a desesperança? Uma situação em que todos os poderes estão voltados contra nós? Na violência de um salário mínimo? R\$1320,00. Façam-se as contas. O salário mínimo foi pensado para manter com dignidade uma família de quatro pessoas: aluguel, água, luz, gás, alimentação, material escolar, vestuário, algum lazer. Para quatro pessoas: R\$ 1320,00.

As dificuldades para mudar tal situação são imensas. Resta-nos fazer um trabalho de formiguinha, de pequenas organizações, de educação elementar e política. Não tenho resposta, a não ser: continuar lutando e com isso, num processo, que seguramente será lento, ir mudando as desigualdades, os privilégios, o racismo, a miséria. Em todo caso, não cabe o desânimo. Muitas vezes pequenas situações podem gerar grandes mudanças, devemos estar preparados para elas.

Mudar tal situação pode ser considerado o 13º trabalho de Heracles, só que os semideuses não existem, muito menos os deuses, os únicos a quem os desvalidos de toda a esperança se apegam para continuar a sobreviver. Devemos mostrar que temos uma perspectiva para eles.

OPERAÇÃO PERSEUS – POR QUE O ESTADO AINDA INSISTE TANTO NA FRACASSADA GUERRA CONTRA AS DROGAS?



Por Gabriela Pithon

Recentemente, aconteceu na cidade de Jequié, a Operação Perseus, uma operação policial que tinha como objetivo acabar com o tráfico e violência na região. Duas pessoas morreram e mais 263 foram presas em flagrante. Os moradores das periferias tiveram que se acostumar com helicópteros militares sobrevoando suas casas e com a sensação de medo e incerteza ao andar nas ruas – até porque não se sabe quando a polícia vai confundir um guarda-chuva com uma arma ou decidir que você é suspeito somente pela cor de pele.

Dizem que a operação foi bem-sucedida, então por que a população continua presenciando trocas de tiro em plena luz do dia? Por

que pessoas ainda são obrigadas a abandonar suas casas por causa de confrontos entre facções?

O Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo e nada muda. O tráfico continua acontecendo, a polícia segue invadindo periferias e favelas, e assim pessoas inocentes seguem morrendo e tendo suas vidas sacrificadas em nome de uma guerra fracassada. É um ciclo sem fim.

Achar que tudo isso vai ser resolvido com operações violentas é ter uma visão superficial sobre o assunto, é fechar os olhos para a realidade cruel e os verdadeiros interesses do Estado. E a realidade, é que essa

guerra não é contra as drogas, é contra um grupo específico de pessoas que está sempre relacionado a criminalidade.

O relatório Pele Alvo: a cor que a polícia apaga feito pela Rede de Observatórios de Segurança em 2021, traz dados assustadores sobre a violência policial no estado. Na Bahia, de 616 pessoas mortas por interferência do Estado, 603 eram negras. Na capital, 299 pessoas foram assassinadas pela polícia, e apenas uma delas era branca. Enquanto a população preta e parda representa 76,3% da população baiana, infelizmente também representa 97,9% das mortes em ações policiais.

Não se vê a polícia fazendo operações em bairros ricos dominados por pessoas brancas, e é nítida a diferença de tratamento midiático quando um “traficante” negro com menos de 100g de maconha é preso, para um “sargento” branco que embarca com 37kg de cocaína em um avião da FAB e continua livre.

Existe um conceito filosófico que explica muito bem isso, a Necropolítica. Essa teoria consiste no controle e soberania do Estado sobre a população, seu poder de decisão sobre qual vida é valiosa ou não, quem merece viver e quem merece morrer.

Na prática, nós vivemos isso todos os dias. O Estado está constantemente usando de seus aparelhos sociais para matar as vidas que considera descartável. Não é à toa que a polícia só invade favelas, e que crianças negras morram de bala perdida com tanta frequência.

Com o dinheiro que o Estado gasta com a guerra às drogas, muitas políticas públicas poderiam ser criadas, mas isso não é de interesse da burguesia, para eles é mais fácil investir no encarceramento e massacre da população negra do que investir em programas sociais que favoreçam as periferias. O Estado não tem nenhum interesse em acabar com o narcotráfico, muito pelo contrário.

Assim como aconteceu em Jequié, a imensa maioria das pessoas presas em flagrante por porte de drogas são apenas usuárias, e enquanto isso, os grandes chefes e líderes de facções continuam lucrando com o comércio ilegal e vivendo suas vidas tranquilamente, longe de toda essa barbárie. Esse é só um dos motivos que integram a discussão acerca da descriminalização e legalização

das drogas.

O mercado de drogas é lucrativo justamente por causa de sua ilegalidade. A alta demanda e falta de regularização fazem com que o preço seja caro. Com a descriminalização, este mercado seria regulado e haveria um controle maior sobre o consumo e produção das substâncias, também diminuiria a violência causada por sua proibição, além de reduzir de forma significativa, a população carcerária.

No entanto, isso poderia potencializar o aumento do cenário de dependência química, o que não é um obstáculo, mas uma questão de saúde pública - dependentes químicos não são inimigos, devem ter direito a um tratamento digno e uma reabilitação humanizada.

É nítido que esse aparelhamento repressivo e violento feito pelo Estado é falho e não diminui em nada a criminalidade no país. O narcotráfico não é a causa e sim a consequência das várias políticas desiguais impostas pelo capitalismo. Não podemos continuar compactando com esse genocídio negro e não podemos permitir que o Estado continue lucrando com a pobreza da população periférica, por isso seguiremos lutando sempre pelo fim desse sistema que é uma máquina de matar.

Por um futuro melhor e igualitário para todos!

Referências:

- Rocha, Filipe de Carlo Araújo. *Legalização das drogas: a descriminalização e regulamentação como forma de combate ao crime organizado*. 2016. repositorio.uniceub.br, <http://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/9105>.

- Livro: *Necropolítica – Achille Mbembe*

- “Pele Alvo: A Cor Que a Polícia Apaga”. CESEC, <https://cesecseguranca.com.br/livro/pele-alvo-a-cor-que-a-policia-apaga>

MANICÔMIOS E CADEIAS: DIFERENTES AMBIENTES CARCERÁRIOS PARA UM MESMO ALVO



Foto: Karsten Winegear

Por Camila Fernandes de Oliveira Costa

A superação do paradigma do proibicionismo é uma importante bandeira a ser reivindicada e por que lutar nos dias atuais. A lógica de controle social, que permeia o debate acerca do uso de substâncias psicoativas no Brasil, traça uma perspectiva conservadora e moralista para a pauta, direcionando-a sempre à manicomialização e ao encarceramento prisional. São esses espaços, a partir do devido suporte jurídico-político que possuem, partes responsáveis pela manutenção do genocídio negro no país.

Em relação às cadeias brasileiras, percebe-se uma maioria carcerária preta e pobre (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, INFOPEN, 2019), evidenciando o racismo e a opressão de classe que vigora no sistema prisional e nas políticas que o alimentam. Interseccionando esses números com as prisões causadas por envolvimento com substâncias ilícitas, encontra-se 20% das prisões de todo o país (Departamento Nacional de Informações Penitenciárias, 2019).

A partir desses dados, é possível concluir que ocorre uma deturpação muito evidente no entendimento da questão das drogas. Uma pauta sanitária passa a ser tratada como um problema de segurança pública. Logo, com o racismo como modus operandi, a política de Guerra às Drogas caracteriza-se enquanto ferramenta de genocídio do Estado, gerando o encarceramento em massa e, a partir disso, alcançando um objetivo final: o higienismo social.

A lógica manicomial em muitos pontos se assemelha a isso. Unidos pelo proibicionismo e pelo colonialismo, ambas baseiam-se no punitivismo. Sob o pretexto

da insanidade ou do crime, pratica-se o isolamento e a exclusão da sociedade em cadeias ou em clínicas psiquiátricas.

A manicomialização realiza um papel violento de estigmatização das pessoas que usam substâncias por meio da patologização, numa tentativa maliciosamente construída com o intuito da desumanização e do afastamento do indivíduo de sua individualidade, aproximando-o de uma imagem atrelada pejorativamente à loucura, à insanidade e à irracionalidade.

Os espaços manicomializados, as clínicas psiquiátricas, funcionam como espaços de reprodução da sociedade e suas bases de opressão são a exploração e colonização (FANON, 1968). Impõe-se, no contexto das pessoas usuárias de substâncias, a abstinência forçada, desconsiderando-se a autonomia das pessoas e afastando-se também do debate acerca do uso de drogas e a discussão sobre a regulamentação dessas.

Faz-se, então, uma clara ligação entre os ambientes manicomializados e prisionais e suas motivações eugenistas e segregacionistas como sustentáculos. Torna-se, portanto, de extrema necessidade a perspectiva de uma ampla defesa da descriminalização das drogas, uma vez que se trata de uma questão de saúde pública e precisa ser encarada longe das amarras proibicionistas e dos malabarismos feitos pelo Estado para utilizar a pauta enquanto parte de um projeto de extermínio da juventude negra brasileira.

Pelo abolicionismo penal e pela luta antimanicomial! Pela busca de verdadeiras políticas de saúde mental no Brasil!

MUITO ALÉM DAS ELEIÇÕES PARA O DCE DA UNEB: O MOVIMENTO ESTUDANTIL E NOSSAS PRINCIPAIS TAREFAS



Foto: Karsten Winegear

Por Núcleo Maria Brandão dos Reis

Estudantes da UNEB continuam a se movimentar por seus interesses, reivindicando a permanência estudantil e melhores condições de infraestrutura e educação!

As eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade do Estado da Bahia aconteceram novamente após as últimas eleições, ainda no período pré-pandemia, no ano de 2019. Na eleição atual, por questões votadas e aprovadas regimentalmente no espaço do Conselho de Entidades Estudantis da UNEB (CEEU), apenas uma chapa foi homologada para participar desse processo.

Houve uma outra chapa, que não foi homologada, mas que segue uma lógica oposta àquela de mobilização estudantil apenas para fins eleitorais. A chapa não-homologada não cessou suas atividades e segue no processo de articulação, politização e crítica das pautas discentes, sem esconder os avanços e recuos, muito menos colocando como vitória aquilo que não é.

Estudantes de 12 dos 26 campi conseguiram se articular para defender um programa para o corpo estudantil da UNEB, avançar nas pautas de permanência e assistência estudantil dentro da instituição e sobre os problemas de infraestrutura, seja no campus da capital, seja nos campi dos demais municípios em que a UNEB se encontra. Esses estudantes constituem o Movimento Ousadia Para Avançar (OPA)¹!

Para esses estudantes, assim como para nós, comunistas, a eleição tem sido interpretada como um momento a ser aproveitado taticamente para impulsionar o desenvolvimento político, organizativo e combativo

dos estudantes frente às contradições que os governos impõem à nossa classe, dentre outras coisas, ao menosprezar a inserção e a permanência dos jovens nas Instituições de Ensino Superior.

Ainda em 12 campi, mas aspirando a alcançar a totalidade da UNEB, não por simplesmente estar inserido nos espaços, e sim para dar o tom das lutas que se colocam como fundamentais para a melhor qualidade do ensino e de vida dos estudantes, o OPA tem procurado estruturar atividades para criar uma síntese dos elementos de onde devemos estar inseridos, qual será e como será essa atuação. E tem coisa muito boa sendo pensada cientificamente!

Um dos pontos levantados pelo OPA é a falta de professores na instituição. Para os 26 campi, distribuídos por todo o território do estado da Bahia, existem cerca de 2.160 professores no quadro de docentes da instituição, de acordo com a própria UNEB².

Divididos igualmente, esse número já seria extremamente baixo e contraproducente, tendo em vista as questões de sobrecarga de trabalho, itinerários de viagem e das especializações necessárias em cada curso para dar conta dos seus respectivos projetos pedagógicos.

Pior ainda é quando se sabe da distribuição desigual na localização desses professores. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira - INEP (2021), 1317 docentes integram o quadro de docentes do Campus I - Salvador³. Isso equivale a dizer que aproximadamente 61% dos professores estão distribuídos em 4 departamentos, apenas na capital.

Como estão distribuídos os outros professores nos outros 26 dos 30 departamentos, além do campus avançado que a instituição possui? Em que isso impacta e como impactam o ensino e a qualidade da formação do estudante? E para os docentes itinerantes, como isso reflete no desgaste de sua condição de vida?

Em 2022, depois de 10 anos sem um concurso público, foi aberto um concurso docente, sendo suspenso pelo Ministério Público por irregularidades em sua condução. Mesmo tendo sido regularizado, isso pouco adiantaria para a realidade do estudante da UNEB, uma vez que seriam contratados 134 novos professores⁴. Em condições objetivas, cerca de 4 professores por departamento (e quantos cursos nesses departamentos não foram sequer contemplados?).

Outros problemas agravam ainda mais a realidade do estudante unebiano. A falta de infraestrutura para atender o perfil dos estudantes em suas diversas regiões. Como exemplo, a Bahia possui 4,8 milhões de mulheres em idade fértil em seu território⁵. Quantos campi possuem capacidade para garantir a permanência das jovens que engravidam? Nenhum! Qual o programa de permanência para pensar nesse setor? Nenhum!

Sem falar dos problemas de microacessibilidade, como no próprio campus de Salvador, mas também pautado por estudantes de Serrinha, Paulo Afonso, Barreiras, Caetitê e Irecê, onde Pessoas com Deficiências (PcD) acabam abandonando a sua graduação por falta de acessibilidade, ou se acidentando diversas vezes nesse processo, como parte da sua luta, que não deveria jamais ser degradante!

Um outro ponto que deve ser destacado é sobre as dificuldades impostas pela reitoria e governo do estado para a abertura do RU do campus I (Salvador) e a falta de discussão sobre planejamento de restaurantes universitários para outros campi que não só o da capital. O acesso a uma alimentação de qualidade para seus estudantes deve ser pauta de urgência para uma universidade que se diz popular!

Para além de tudo o que foi trazido, é preciso reconhecer as limitações que a própria instituição nos impõe para compreender cientificamente a nossa realidade e elevar nossas pautas. O que dizer de uma instituição que não faz o devido procedimento censitário e não sabe qual o perfil de seus estudantes? No entanto, enche a boca para se proclamar popular! Que atende todos os perfis da sociedade, e, no entanto, desconhece a taxa de evasão discente ou omite este dado!

Os estudantes enxergam que a UNEB teve um processo de popularização, no sentido de que muitas pessoas, filhas e filhos da classe trabalhadora, passaram a alcançar a comunidade acadêmica. Discordam, no entanto, que ela seja uma Universidade Popular, uma vez que inviabiliza a permanência desse mesmo estudante, que não garante pesquisa e extensão como possibilidade de seu desenvolvimento, e, na maioria das vezes, tem entregado uma educação precarizada e cheia de entraves. Qual Universidade Popular tem vestibular?

Como pode a UNEB se autointitular como popular se não garante que a população tenha condições materiais de não só adentrar, mas permanecer no ambiente universitário? Por isso a importância de espaços democráticos que não apenas discutam políticas de acessibilidade para os estudantes, mas também as desenvolvam.

É dever nosso pensar em como superar todas essas condições impostas ao longo dos 40 anos que a UNEB possui! Unir os estudantes em torno de pautas que façam com que estes se compreendam enquanto classe e não apenas participem do processo no período eleitoral, apáticos e confiantes de que representações (que representações?) comprometidas com o governo do estado vão defender seus interesses.

Os estudantes do Ousadia Para Avançar têm uma tarefa árdua pela frente. Não será fácil! É fundamental um programa que até possa ser útil para participar de eleições, quando ocorrem, mas que vá muito além de alguma campanha eleitoral. Que seja um programa que encare de frente a realidade dos estudantes, os seus interesses, e norteie as pautas que travaremos para garantir nossas permanências.

É essa a tarefa que nos é imposta e que os estudantes que integram o OPA aceitaram e se comprometeram. É pela permanência estudantil! Por residências dignas! Por infraestrutura e acesso para os diversos perfis de uma universidade popularizada, mas que ainda falta muito para se colocar como uma Universidade Popular!

Referências:

<https://www.instagram.com/opa.uneb/>

<https://agenciadecomunicacao.uneb.br/censo-mec-uneb-tem-maior-representatividade-feminina-entre-dos-centes-de-ies-publicas-no-pais/#:~:text=A%20universidade%20com%20maior%20representatividade,de%201.272%20mulheres%20dando%20aula.>

<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/aprovados-em-concurso-da-uneb-alegam-prejuizo-apos-suspensao-por-supostas-falhas/>

TRILHOS DE RESISTÊNCIA, A LUTA POR TRANSPORTE NO SUBÚRBIO DE SALVADOR



Foto: Divulgação

Por Matheus Almeida

"Nesse momento, o trem está passando. Bastava trocar o trem, colocar um trem novo, mas infelizmente a gente vai perder essa relíquia do subúrbio ferroviário", afirmou João Brito, Líder comunitário, no documentário **TREM DO SUBÚRBIO, TRILHOS DE RESISTÊNCIA**.

Depois de mais de 160 anos de serviço, em 15 de fevereiro de 2021, o transporte ferroviário de Salvador foi desativado para a implantação do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), com uma previsão de conclusão de obras em um período de 24 meses. Nos referimos à desativação de uma ferrovia que ligava a Estação da Calçada a Paripe, pela orla da Baía de Todos os Santos, em um percurso de 13,5 quilômetros, composta de dez estações que começaram a ser construídas no ano de 1853.

"Acordei de manhã, fiquei sabendo que o trem iria terminar no dia 15 de fevereiro, que ele iria encerrar as operações, foi um baque, foi um susto para mim! (...) Fui trabalhar, não conseguia tomar café, almoçar, fiquei preocupado, observava que as pessoas estavam tristes, com sentimentos de tristeza", afirmou Gilbert Lima, ex-usuário do trem do subúrbio ferroviário.

Os trens do subúrbio fizeram parte da his-

tória de vida dos trabalhadores baianos. Segundo dados da revista A Tarde, chegando a alcançar 30 mil passageiros diários. Em 2016, após o sucateamento da quantidade de locomotivas e do aumento do tempo de espera entre as viagens, o movimento diário de passageiros chegou a ser cerca de 17 mil. Entre eles, marisqueiros, vendedores ambulantes, moradores do subúrbio ferroviário, enfim, **a Classe Trabalhadora**.

"É um transporte que as pessoas têm costume de pegar. Você se distrai olhando a orla, a nossa orla. De Paripe até o Lobato nós temos o mar e, olhando o mar, onde encontraríamos felicidade maior? (...) Aqui está a nossa identidade cultural. Nossa identidade, nosso DNA, representado por todo esse simbolismo que é a nossa ferrovia", afirmam moradores do subúrbio rodoviário.

Acabar com o trem é acabar com a história, reduzir toda a história de um povo ao que pode ser lido e somente encontrado através de livros. Infelizmente, para os ricos, aqueles que mandam, que servem aos interesses da classe dominante, progresso significa acumular capital - mesmo que envolva a destruição da história e da vida daqueles que são explorados.

O chamado processo de modernização do transporte do subúrbio ferroviário prejudicou toda a classe trabalhadora baiana, afinal, a passagem custava R\$ 0,50 (inteira) e R\$ 0,25 (meia), com viagens a cada 40 ou 45 minutos, facilitando a locomoção de estudantes e comerciantes para o extremo da cidade. Além disso, os trens operavam das 6h às 20h, e a passagem era gratuita para maiores de 60 anos. Com a mudança, os passageiros terão que passar a desembolsar R\$ 4,20 por viagem.

"Todos nós merecemos um conforto melhor, entendeu? Eles podem sim modernizar, colocar uma melhoria para todos, porém, o valor que eles estão estimulando pesa no bolso do periférico, das pessoas da periferia", afirmou Jamile Araújo, estudante que utilizava do trem do subúrbio ferroviário para se locomover até a escola.

A mudança de ordem econômica foi extremamente prejudicial para os usuários do trem do subúrbio ferroviário. Uma pesquisa realizada em 2019 pelo Bákó Escritório Público de Engenharia e Arquitetura da Ufba, Ministério Público estadual e Tec&Mob, apontou que 42% dos usuários do trem ganhavam, à época da pesquisa, menos que um quarto do salário mínimo e estavam abaixo da linha da pobreza. O perfil traçado apontou ainda que 90% dos usuários eram negros, 80% chegavam à estação do trem a pé e cerca de 70% afirmaram que deixarão de utilizar a linha ou reduzirão o uso após a mudança do modal.

Em fevereiro de 2023, completou-se dois anos de desativação dos trens do subúrbio ferroviário de Salvador, com as obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), sistema que deve ficar no lugar dos trens e paradas. Enquanto o consórcio chinês responsável pelo projeto afirma que o cronograma está sendo rediscutido com o Governo do Estado, moradores da região sentem falta de uma alternativa mais barata de transporte público, já que a passagem do ônibus custa R\$ 4,90, um custo que representa 880% a mais em cada passagem no bolso do consumidor.

O que resta à classe trabalhadora, com a retirada do serviço, é usar ônibus ou vans do transporte clandestino, obrigando que trabalhadores busquem alternativas a diminuição do movimento, das vendas e o enfraquecimento do comércio da região. Um exemplo é a queda nas vendas de pescado no Porto das Sardinhas, no bairro São João do Cabrito, conforme explica o líder comunitário Joceval Tibúrcio: "Essa

conexão entre o peixe barato e a tarifa acessível do trem era o que permitia que as pessoas de baixa renda trabalhassem e levassem o sustento para casa".

Nesse sentido, é preciso fortalecer a luta por transporte público, gratuito e de qualidade na cidade de Salvador, criando verdadeiros **trilhos de resistência popular** dentro da nossa região! Precisamos seguir fortalecendo os movimentos sociais, políticos e partidários que constroem a luta popular, que ousam combater a usura, ganância e a acumulação de capital daqueles que não pensam e não servem aos interesses do povo! Necessitamos de vontade, força e coragem para lutar incansavelmente para que trabalhos e construções históricas não sejam destruídas novamente por conta dos caprichos e luxúria dos poucos que mandam e exploram.

Lutar,
Criar,
Poder Popular,
Já!

Referências

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/apos-mais-de-160-anos-trem-do-suburbio-encerra-atividades-usuarios-se-despedem/>

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/03/15/desativacao-dos-trens-do-suburbio-completa-2-anos-com-obras-do-vlt-paradas-moradores-gastavam-r-050-e-agora-pagam-r-490-no-onibus.ghtml>

https://www.mobilize.org.br/noticias/11993/populacao-que-usa-o-trem-do-suburbio-nao-pode-pagar-onibus-diz-mp.html?qclid=CjwKCAjwvJy-jBhApEiwAWz2nLVovGtK6kp4lwizwSh1zxHKEYdui-c6kum4mwnltRJeAgrWMUF8laNBoCyhUQAvD_BwE

<https://www.youtube.com/watch?v=PLYJj-3zoMk4&t=134s>

COMPANHIA DA UFBA MONTA O ESPETÁCULO A ARTE DA COMÉDIA



Foto: Reprodução - Catado de Cultura

Por Gabriel Galego

[...] o teatro é uma arma. Uma arma muito eficiente.

—Augusto Boal

No mês de maio, a Companhia de Teatro da UFBA realizou a primeira montagem baiana de “A arte da comédia”, no Teatro Martim Gonçalves. Com direção de Marcus Villa Góis e cenografia de Eduardo Tudella, a encenação conta com um elenco e equipe técnica jovem e talentosa, a maior parte estudantes da Escola de Teatro da UFBA.

O texto é de 1964, escrito pelo dramaturgo italiano Eduardo De Filippo e a tradução ficou também por conta do diretor. A história gira em torno dos limites entre a ficção e a realidade, questionando as nuances entre o teatro e a realidade. Ao mesmo tempo, trata do tema sobre a importância e a função do teatro na sociedade contemporânea com muito bom humor e um olhar crítico.

A história da peça começa quando, por conta de um incêndio no armazém que ficava sua companhia teatral, o pobre ator Oreste Campese (Zé Carlos Jr.) decide pedir ajuda ao prefeito De Caro (Michel Santana). A situação deixa exposta a condição de trabalho precária do ator, que geralmente vive de maneira autônoma, sem financiamentos públicos ou privados e, na luta cotidiana para sobreviver, teima em viver enquanto artista em um mundo que o desvaloriza e descredibiliza. No momento de desespero, Campese precisou apelar para o poder público. Mas logo a visão decadente do prefeito, um descrente da arte do teatro e da dramaturgia contemporânea, entra em contradição com o artista de teatro, que ainda vê força e vida em sua arte.

Com personagens muito bem construídos, temos um quadro de personagens caricatos muito bem pintado. Sem dúvida, a montagem tem a interpretação como ponto forte. A interpretação do Vigia (Sara Lima) e do secretário Giacomo Franci (Camille Vilela), por exemplo, se fizeram dois corpos presentes, retratando duas figuras típicas geniais, isto é, funcionários subordinados com forte tom cômico. As suas aparições, mesmo rápidas, sempre marcavam a cena – seja pelas trapalhadas e desentendimentos do Vigia, seja pela agonia e fala excessiva do Secretário.

Só depois da reunião com Campese que começa a confusão e a brincadeira: por erro do Secretário, o ator falido recebe por engano o documento com a agenda do prefeito. Então, instaura-se o problema: será que o ator mandará seu elenco para infernizar a vida do gabinete público? Assim como De Caro, não sabemos se a médica, o padre, a mulher e nenhuma outra aparição são personagens da companhia ou pessoas reais – e, até o final do espetáculo, essa resposta fica em aberto.

O fato é que o prefeito, tão mesquinho e conservador em relação ao teatro de seu tempo, tão descrente quanto as possibilidades do teatro contemporâneo, se vê louco e perdido – sem mais saber reconhecer o que é real ou não. A peça usa da confusão como mecanismo cômico para deixar no ar uma questão: qual é a função do teatro hoje?

Em 1960, a arte teatral já entrava em crise com os avanços do rádio, cinema e da televisão, inclusive no Brasil. Hoje, essas outras linguagens se alastram ainda mais com o uso da internet e a chegada dos podcasts e streamings. Entretanto, o teatro parece insistir em sua existência: permanece uma arte coletivista e artesanal em um mundo individualista e industrial. Assim como na peça, nos dias de hoje os artistas ainda continuam pensando em suas profissões, dependendo do subsídio estatal ou do financiamento privado. Quantos de nós somos lançados na chamada “arte independente”?

Não me parece que as críticas levantadas em A Arte da Comédia perderam a sua importância nos dias de hoje. Pelo contrário, é através da caricatura daquelas figuras tão particulares, mas ao mesmo tempo tão universais, que podemos refletir sobre o atual estado de coisas em que nos encontramos na cultura brasileira. As relações entre política e cultura ainda são espinhosas, grotescas. O conservadorismo, o descrédito do artista no seio social, a condição precária do trabalhador da cultura – tudo isso ainda persiste na sociedade brasileira. Em A Arte da Comédia, tudo isso nos atravessa.

ANGELINA GONÇALVES: UMA MEMÓRIA ACESA NO CORAÇÃO DA JUVENTUDE TRABALHADORA



Por Iury Bittencourt

Nascida em 1913, na cidade de Rio Grande (RS), a operária e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Angelina Gonçalves, é um símbolo de coragem e resistência feminina na luta pela emancipação da classe trabalhadora rio-grandina.

Angelina trabalhava como tecelã na fábrica de tecidos Rheigantz e era membro da Sociedade União Operária (SUO), movimento sindical rio-grandino no qual a militante esteve à frente das lutas travadas pela classe trabalhadora e contribuiu ativamente na consolidação da participação feminina na construção de uma identidade de classe própria.

No dia 1º de maio de 1950, junto aos militantes de diversos setores do movimento operário rio-grandino, Angelina organizou um evento em comemoração ao Dia Internacional do Trabalhador, no qual aconteceram debates sobre a atuação da classe trabalhadora, atividades lúdicas e um churrasco.

Logo após o término do evento, os presentes marcharam em direção à sede da SUO, que estava fechada desde 1949 por determinação da Justiça do Trabalho, devido aos grandes protestos organizados naquele ano pelos portuários. No caminho, os trabalhadores e trabalhadoras foram surpreendidos pela intervenção dos agentes do Departamento da Ordem Política e Social

(DOPS) e da brigada militar.

Os agentes do estado dispararam uma série de tiros contra os manifestantes que, segundo o jornal do PCB Voz Operária “[...] enfrentaram os bandidos armados, tomando-lhes as armas e esmurrando-os, atracando-se com eles numa luta corpo a corpo.”

Em determinado momento, um dos agentes tomou a bandeira nacional que algumas mulheres carregavam à frente da manifestação. Angelina, num ato de coragem, tomou a bandeira de volta das mãos do policial. Ao retornar para junto dos manifestantes, a operária foi atingida por um tiro na nuca, próximo à orelha esquerda.

Angelina Gonçalves, uma das líderes do movimento operário rio-grandino e militante do PCB foi covardemente assassinada pelas forças policiais do estado, num episódio que ficou conhecido como “o 1º de maio sangrento”.

Angelina nos deixou um legado precioso. Uma mulher jovem, militante comunista, que dedicou sua vida à luta pela emancipação da classe trabalhadora e que, num ato final de coragem, tornou-se mártir da luta operária, sendo inspiração para as e os militantes que deram continuidade à sua luta e que mantêm acesa à sua memória nos corações de cada jovem trabalhador e trabalhadora do nosso país.